

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores apresentados em milhares de reais)

Relatório da Administração: Prezados Acionistas, Clientes e Colaboradores A Administração da Autopass S.A., atendendo as disposições legais e estatutárias, submeteu à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O ano de 2019 foi um ano de importantes avanços em nosso modelo de negócios e na expansão de nossas áreas de atuação. Para o ano de 2020 continuaremos focados na eficiência operacional, intensificando esforços na estratégia de desenvolver relacionamento com nossos clientes e diversificação na oferta de produtos e serviços. **Destaque:** • **Receita líquida** - Alingiu R\$147,7 milhões no exercício de 2019, um incremento de 23,3% em relação ao exercício anterior. • **Lucro líquido** - Alingiu R\$54,3 milhões em 2019, um incremento de 27,4% em relação ao exercício anterior, enquanto manteve o lucro líquido em 5,5% posição em relação ao exercício anterior. • **Lucro líquido e margem líquida** - O lucro líquido atingiu R\$44,3 milhões, e a margem líquida em 2019 foi de 30,0% (19,9% em 2018). Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores e colaboradores pelo esforço e dedicação que nos levaram a alcançar excelentes resultados.

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	2019	2018
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	74.080	57.989
Contas a receber	6	27.018	18.868
Impostos a recuperar	7	2.725	639
Outros ativos	7	3.586	2.200
Despesas antecipadas	8	6.943	3.394
		114.122	83.327
Não circulante			
Impostos diferidos	20	2.102	2.128
Depósitos judiciais		16	32
Despesas antecipadas	8	11.276	1.261
Propriedade para investimento	10	2.870	2.870
Intangível	12	36.287	6.132
Intangível	12	35.076	6.247
		77.477	17.409
Total do ativo		191.599	100.736

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2019	2018
Passivo Circulante			
Bilhetagem eletrônica - venda de créditos	14	55.770	45.710
Fornecedores	15	10.312	7.912
Empréstimos e financiamentos	16	11.850	142
Obrigações tributárias e trabalhistas	16	11.850	3.354
Passivos de arrendamentos	13	1.852	8.630
Outras contas a pagar	13	6.623	3.044
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18.c	10.479	5.659
		98.886	71.097
Não circulante			
Despesas de arrendamentos	13	30.398	3.261
Provisões para contingências	17	5.656	7.314
		36.054	7.314
Total do passivo		135.480	78.411
Patrimônio líquido			
Capital social	18.a	24.943	24.943
Reserva legal	18.b	4.371	2.155
Reserva de lucros	18.d	48.957	17.379
Reserva de lucros não realizados	18.e	2.213	2.213
Outras reservas	(24.365)	(24.365)	(24.365)
		56.119	22.325
Total do passivo e do patrimônio líquido		191.599	100.736

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros não realizados	Outras Reservas	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)	24.943	963	520	2.213	(24.365)	-	4.274
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	23.828	23.828
Constituição de reserva legal	-	1.192	-	-	-	(1.192)	-
Dividendos declarados no exercício	-	-	-	-	-	(5.659)	(5.659)
Outras reservas	-	-	(118)	-	-	-	(118)
Transferência para reserva de lucros	-	-	16.977	-	-	-	16.977
Saldo em 31 de dezembro de 2018	24.943	2.155	17.379	2.213	(24.365)	-	22.325
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	44.321	44.321
Constituição de reserva legal	-	2.216	-	-	-	(2.216)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(10.527)	(10.527)
Reserva de lucros	-	-	31.577	-	-	(31.577)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	24.943	4.371	48.957	2.213	(24.365)	-	56.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopass S.A. ("Autopass" ou "Companhia"), anteriormente denominada Promobom Autopass S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Itaipava, 1000 - Jd. Anália, São Paulo, SP tendo como objeto principal a automação e gestão de operações de pagamento antecipado de viagens realizadas por qualquer modo de transporte coletivo, além da intermediação de negócios vinculados à atividade de transporte de passageiros e à comercialização de cartões e créditos de vale-transporte, vale-alimentação e de cartões pré-pagos com ou sem a função transporte, podendo ainda participar como sócia ou acionista em outras sociedades. O sistema de bilhetagem da Companhia atende às empresas do Conselho de Transportes (CMT), Companhia do Metrô de São Paulo (METRO), Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), o transporte municipal da Prefeitura de Itapericoba da Serra (entre outras redes de transportes municipais), sendo que a rede de vendas da Companhia está entre as 10 maiores prestadoras de serviços de venda de créditos de bilhete único para SP/TMS.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração de conformidade, bases de elaboração e de apresentação: As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram aprovadas para emissão e divulgação de acordo com a aprovação dos membros do Conselho de Administração da Companhia em 05 de março de 2020. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às atividades pela Administração na gestão da Companhia. Moeda funcional e de apresentação: A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$) e as demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas e práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações contábeis. **3.1. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para seus clientes. As receitas de taxa de credenciamento decorrentes da operação de venda de créditos para utilização de passagens eletrônicas são apropriadas ao resultado de acordo com o processamento da liberação dos créditos nos cartões eletrônicos (bilhetagem eletrônica), bem como outros serviços prestados a clientes, são apropriadas ao resultado quando as obrigações de desempenho são atendidas (isto é, mediante a utilização dos créditos eletrônicos pelos usuários de transporte). **3.2. Instrumentos financeiros:** (i) Classificação - O CPC 38 (IFRS 9) determina três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VORA) ou ao Valor Justo por meio de Resultado Líquido (VRL). A linha eliminou as categorias de mensuração em IAS 39 de mensuração por meio de custo amortizado e de custo amortizado com ajuste. A Companhia interpreta inicialmente o ativo financeiro relativo às contas a receber como mensurável ao custo amortizado de acordo com o CPC 48 (IFRS 9), pois pretende manter o ativo até o vencimento para receber os fluxos de caixa contratuais e esses fluxos de caixa consistem apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor em aberto; (ii) Redução no valor recuperável ("impairment") - A nova norma substitui o modelo de "perdas incorridas" por um modelo prospectivo de "perdas esperadas". No segmento de bilhetagem eletrônica, a Administração não identifica impactos relevantes na adoção desta norma na estimativa das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, bem como na rubrica de contas a receber de clientes; (iii) Contabilidade de hedge - A nova norma torna os requisitos para contabilidade de hedge (hedge accounting) menos rigorosos. As novas regras não impactam a Companhia devido à ausência de instrumentos de instrumento financeiro. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são ativos de curto prazo, líquidos e de alto risco, que são suscetíveis a uma redução insignificante de alteração de valor. **3.4. Contas a receber:** São registradas pelo valor faturado ajustado a valor presente, quando aplicável, deduzidas das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. **3.5. Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas a serem registradas no resultado do exercício seguinte estão apresentadas nas demonstrações contábeis pelas informações aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no exercício corrente, de acordo com o método de custo. **3.6. Ativo imobilizado e intangível:** O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou grupo de ativos, pelo método linear, de modo que reflita seu valor residual após sua vida útil. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um benefício de alienação ou quando não há benefício, a redução de custos é reconhecida em futuros resultados de seu uso contínuo. Ganhos ou perdas na venda ou baixa são reconhecidos no resultado quando incorridos. Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado de geração de benefícios econômicos. A cada encerramento do exercício, a Administração revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência ou não de sinais de que esses ativos intangíveis ou imobilizados possam não recuperar o valor (o maior valor entre o valor justo, redução ou o valor de custo de venda). Na existência de tais indicadores, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo e seu valor de mercado, se necessário. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear e a suas vidas úteis estimadas, que são revisadas anualmente, ou sempre que houver alterações significativas nas perspectivas de uso, estão demonstradas a seguir. **Ativo imobilizado**
Móveis e utensílios 10
Veículos 5
Instalações 5 a 10
Máquinas e equipamentos 5 a 10
Equipamentos de informática 5 a 10
Benefícios em imóveis de terceiros 2 a 5
3.7. Redução ao valor recuperável ("impairment"): A Companhia revisa anualmente o valor recuperável de seus ativos financeiros, e quando da existência de indicadores da perda, o valor recuperável desses ativos. Se o valor recuperável de um ativo inferior ao seu valor contábil, uma perda no montante dessa diferença é reconhecida no resultado daquele período. Para testes de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, os ativos são agrupados na menor unidade possível de ativos, com base em suas características. Quando os testes de redução ao valor recuperável são realizados por meio de terceiros, as despesas dessas análises são contadas para grandes partes independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"). O valor recuperável das UGCs corresponde ao seu valor justo. A determinação das UGCs tem como base, principalmente, o fato de ser a menor unidade com monitoramento para fins gerenciais. Para avaliar o valor em uso, a Companhia considera projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas de mercado, demanda e outros fatores econômicos. Tais fluxos são comparados aos fluxos de caixa projetados em nota explicativa 3.13. Outros ativos e passivos: Outros ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.14. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.15. Benefícios e empregados:** Os salários e benefícios concedidos à empregados e administradores da Companhia incluem as remunerações fixas (salários, INSS, FGTS, férias, 13º salário, entre outros), e remuneração variável, tais como bônus e incentivos de longo prazo. Esses bônus são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos. **3.16. Arrendamentos:** Os ativos adquiridos em nome de arrendamento financeiro são inicialmente reconhecidos com o valor imobilizado pelo seu

valor justo no início do arrendamento ou, se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é apresentado nas demonstrações contábeis como uma obrigação com arrendamento financeiro (empréstimos e financiamentos). Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil estimada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termo do contrato de arrendamento em questão. Os pagamentos referentes ao arrendamento financeiro são distribuídos entre os encargos financeiros e a redução via obrigação, a fim de alinhar uma taxa de juros constante em relação ao saldo remanescente do passivo. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são auferidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa no exercício ou período em que são incorridos. **3.17. Impostos de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social de exercício corrente e diferido são calculados sobre as quotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substituímente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda é necessário para obter o benefício. A Companhia reconhece o imposto de renda no momento em que está adequadamente em relação à todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Se novas informações forem disponibilizadas e que levarão a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos e ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias cobram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico desenvolvido pela Administração. **3.18. Tributos sobre prestações de serviços:** Alíquotas para contribuição do PIS e da COFINS são 1,65% e 7,60%, respectivamente (regime não cumulativo), reduções de créditos apurados pelos mesmos percentuais dos impostos sobre valores de determinados custos e despesas, diretamente atribuíveis à operação. As receitas de prestação de serviço são também tributadas pelo ISS por alíquotas que variam entre 2% e 5%. **3.19. Resultado por ação diluído e diluído:** O resultado por ação diluído refere-se ao lucro líquido ajustado ao custo de emissão de ações de suas partes anuais de 2019, substituído por das taxas pelo número médio ponderado de ações em aberto durante o período. O lucro líquido por ação é computado de forma semelhante ao diluído, exceto ao fato de que as ações em circulação são adicionadas o potencial efeito de diluição. A Companhia não dispõe de instrumentos contratuais com potencial de diluição. **3.20. Demonstração do resultado abrangente:** Não há transações que impactem outros resultados abrangentes. **3.21. Informações por segmento de negócio:** As informações são apresentadas em termos de segmentos de negócio, reduzidas dos cancelamentos de vendas, com base no principal tomador de decisões operacionais ("Chief Operating Decision-Maker" - CODM). Um segmento de negócio é um componente identificável da Companhia, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio. As atividades operacionais da Companhia se referem substancialmente à venda de créditos de vale-transporte e taxa de administração e gerenciamento de créditos eletrônicos. **3.22. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** Conforme requerido pela legislação societária brasileira, a Companhia divulga a DVA como parte de suas demonstrações contábeis para fins societários, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A Demonstração do Valor Adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para a preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, a DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, gerada a partir das vendas de produtos, reduzidas dos cancelamentos de receita, insumos e serviços adquiridos, depreciação e amortizações. Enquanto que na segunda parte é apresentada a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capital próprio. **3.23. Pronunciamentos novos ou revisados adotados no exercício de 2019 (mas que não estavam em vigor no exercício anterior) - 3.23.1. CPC 06(R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16):** O CPC 06 (R2) entrou em vigor em 01 de janeiro de 2019, substituindo o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações e, em essência, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, o valor presente das obrigações de pagamento), em geral, o arrendatário reconhece o ativo subjacente ao prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários são obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso e também devem mensurar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma renúncia no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o passivo de renúncia do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. A Companhia optou pela adoção da norma utilizando a abordagem retrospectiva modificada (isto é, a partir de 1 de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data da adoção inicial, não havendo representação de informação comparativa. A Companhia optou por aplicar a norma a contratos que foram identificados como arrendamentos de acordo com a norma e não aplicou a norma a contratos, a contratos que não foram previamente identificados como contendo um arrendamento aplicável ao IAS 17 e o IFRIC 4). A Companhia optou por não reconhecer provisões pela norma sobre contratos de arrendamentos de curto prazo (ou seja, que terminam dentro de 12 meses a partir da data de início) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor. O valor presente dos passivos de arrendamento (substancialmente referentes à imóveis e terminais de atendimento) foi calculado utilizando a taxa de juros incremental nos contratos, com base na taxa média de captação de recursos de 10,26% ao ano (não havendo impactos significativos para contratos de arrendamentos financeiros).

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS SOBRE ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e fazer estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e informações premiais estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas. A seguir são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas no fim de cada exercício das demonstrações contábeis, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício. a) **Provisão para tributos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos relativos a tributos tributários, civis e trabalhistas. A interpretação sobre aspectos específicos de leis, como a interpretação de tratamentos tributários incerto separadamente; e b) **As suposições que a Companhia faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;** Como a Companhia determina o lucro real (prejuízo líquido), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; c) **Como a Companhia considerará as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determinou se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos, segundo a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação foi adotada pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2019, sem efeitos nas presentes demonstrações contábeis. 3.24. Outros pronunciamentos ainda não adotados:** Não há normas IFRS aplicáveis às operações da Companhia que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre suas demonstrações contábeis.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Caixa e bancos	73.986	57.989
Aplicações financeiras (a)	74.080	57.989
	148.066	115.978

a) As aplicações financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. Referem-se, substancialmente, a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), remunerados à taxa próxima ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que podem ser resgatados imediatamente sem penalidade de juros.

6. CONTAS A RECEBER

	2019	2018
Serviços de bilhetagem eletrônica (a)	10.596	11.170
Rede de vendas	5.421	5.003
Contas a receber com partes relacionadas (b)	9.820	1.848
Outros contas a receber	1.181	847
	27.018	18.868

a) Serviços de bilhetagem eletrônica referem-se a contas a receber de clientes e beneficiários do sistema de bilhetagem eletrônica e rede de vendas para comércio de créditos eletrônicos (b) Transações referem-se a saldos a pagar e a receber operacionais, conforme contratos firmados entre as partes da gestão do sistema de venda de créditos eletrônicos, gestão de caixa, bilhetagem e remição. A Administração avaliou a necessidade de registro de perda estimada com créditos sobre suas contas a receber para saldos registrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e concluiu pela sua não constituição (pois os saldos possuem vencimentos de até 30 dias).

7. OUTROS CRÉDITOS

	2019	2018
Adiantamentos a fornecedores	9	1.286
Outros créditos	3.347	951
	3.356	2.237

8. DESPESAS ANTECIPADAS

	2019	2018
Serviços de infraestrutura em informática e licença de uso	7.663	3.084
Outras despesas antecipadas	406	310
	8.069	3.394

9. PARTES RELACIONADAS

	2019	2018
Serviços de bilhetagem eletrônica (nota 6)	10.596	11.170
Outros créditos	952	257
Contas a receber com partes relacionadas (nota 6)	9.820	1.848
Bilhetagem eletrônica	20.368	13.275
Valores a repassar (nota 14)	52.447	42.931

Os resultados obtidos de partes relacionadas estão assim apresentados:

	2019	2018
Gestão da operação de bilhetagem intermunicipal (nota 21)	68.691	57.547
Gestão da operação de bilhetagem municipal (nota 21)	7.982	4.912
Remuneração aos administradores: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a remuneração dos administradores estatutários e não estatutários foi de R\$ 6.262 e R\$ 2.138, respectivamente.		

10. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Em dezembro de 2018, como pagamento pela venda de terreno de sua propriedade, a Companhia recebeu em plena escritura, um imóvel no valor de R\$ 2.870 (sendo este o valor justo estimado em 31 de dezembro de 2019). Em 2018, foi reclassificado para propriedade para investimento em função de sua futura destinação. Os montantes envolvidos nessa operação geraram um ganho de R\$ 2.213 (reconhecido na rubrica outras receitas (despesa) operacionais líquidos) no exercício de 2018.

11. IMOBILIZADO

Descrição	Custo	Depreciação acumulada 31/12/2018	Líquido 31/12/2018	Custo	Depreciação acumulada 31/12/2017	Líquido 31/12/2017
Móveis e utensílios	837	(369)	468	784	(282)	502
Instalações	309	(309)	-	471	(471)	-
Máquinas e equipamentos	553	(230)	323	471	(181)	290
Equipamentos de informática	6.979	(3.072)	3.907	6.609	(2.328)	4.281
Benefícios em bens de terceiros	460	(155)	305	329	(72)	257
Direito de uso de arrendamentos (locação de imóveis)	9.851	(985)	8.866	-	-	8.866
Direito de uso de arrendamentos (locação de máquinas e equipamentos)	24.062	(2.406)	21.656	-	-	21.656
	4					

valor justo nível I e nível II, nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. **Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros - Análise de sensibilidade das aplicações financeiras** - Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta, na data-base de 31 de dezembro de 2019 foram definidos cinco cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 27 de dezembro de 2019, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e, assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário, foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2019 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Inde-xador	Posição em 31/12/2019	Projeção receitas financeiras - um ano				
		Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		4,50%	2,25%	3,38%	5,63%	6,75%
Risco de redução						
Risco de aumento						
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI	73.986	3.329	1.665	2.497	4.994
Gestão de risco de capital - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de pontos de vendas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes. A estrutura de capital da Companhia pode ser assim apresentada:						
		2019	2018			
Empréstimos e financiamentos		-	142			
Bilhetagem eletrônica - Venda de créditos		55.770	45.710			
Depósitos judiciais		16	32			
Outras contas a pagar		8.822	3.044			
(-) Caixa e equivalentes de caixa		(74.080)	(57.989)			
(-) Contas a receber e outros créditos		(30.374)	(21.105)			
Posição financeira líquida		(39.846)	(30.166)			
Patrimônio Líquido		56.119	22.325			
Categoria de instrumentos financeiros:						
		2019	2018			
Ativos financeiros						
Empréstimos e recebíveis:						
Caixa e equivalentes de caixa		74.080	57.989			
Contas a receber		27.018	18.868			
Outros Créditos		3.356	2.237			
Passivos financeiros						
Custo amortizado:						
Fornecedores		10.312	7.912			
Empréstimos e financiamentos		-	142			
Bilhetagem eletrônica - Venda de créditos		55.770	45.710			
Outros passivos a pagar		8.822	3.044			
Gestão de risco de liquidez - A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da dire-						

toria financeira da Companhia, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos. A tabela a seguir demonstra em detalhes os prazos de vencimentos contratuais restantes dos instrumentos financeiros da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos mesmos, considerando-se os vencimentos mais curtos para quitação das respectivas obrigações:

	Interior a um ano	Total
Contas a receber de clientes	27.018	27.018
Outros créditos	3.356	3.356
Despesas antecipadas	6.943	6.943
Fornecedores	10.312	10.312
Bilhetagem eletrônica - Venda de créditos	55.770	55.770
Outras contas a pagar	8.822	8.822

Considerações sobre riscos - Os negócios da Companhia compreendem especialmente a comercialização e o gerenciamento de créditos eletrônicos. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são, sumariamente, os seguintes: a) **Risco de crédito** - As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes; b) **Risco de fraude** - A Companhia possui procedimentos internos que auxiliam no monitoramento das transações efetuadas com cartões de passagens eletrônicas, que mitigam os riscos de transações suspeitas de fraude; c) **Risco de mercado** - Decorre do desaquecimento do cenário econômico do País. O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado por meio de análises do volume de transações nos validadores eletrônicos que captam as operações de bilhetagem. Os principais riscos relaciona-dos são as variações na quantidade de passageiros transportados por empresas de transportes coletivos, METRÔ e CPTM. d) **Risco de taxas de juros** - A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes vinculadas ao "Certificado de Depósito Bancário (CDB)", relativas às aplicações financeiras. Não houve, no período apresentado, compromissos futuros objetos de proteção patrimonial de fluxo de caixa e derivativos. Da mesma forma, a Administração da Companhia entende não haver risco de mercado pela alteração na taxa de juros, uma vez que todos os seus passivos financeiros registrados não são relevantes para sua operação.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da despesa de imposto de renda e a contribuição social é como segue: Apurado pelo lucro real

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	56.768	33.875
Imposto de renda calculado à alíquota nominal - 34%	(19.301)	(11.518)
(Adições)/Exclusões permanentes líquidas	275	1.815
Lei de Inovação e Tecnologia nº 11.196/05	18.265	3.959
Outros	(11.660)	(4.917)
	(12.421)	(10.661)

dados transacionais de vendas de créditos eletrônicos (atendendo para a competência e corte das transações); • Efetuamos testes de integridade e consistência dos registros transacionais de vendas de créditos eletrônicos; • Efetuamos testes, em base amostral, na conciliação dos registros de vendas de créditos eletrônicos transacionados entre os sistemas aplicativos SBE (Bilhetagem), SAP (Contábil e Fiscal) e Billet Service (transferência de arquivos de cobrança); • Efetuamos testes, em base amostral, da conciliação dos registros de vendas de créditos eletrônicos no sistema SAP e respectivo recebimento bancário; • Confrontamos o relatório de faturamento extraído do portal da Prefeitura de São Paulo com as notas fiscais emitidas e o respectivo registro auxiliar de vendas (reconciliado com os registros contábeis), bem como analisamos as movimentações mensais e efetuamos recálculo dos impostos incidentes; • Confirmamos saldos referentes às transações realizadas através de circularização de saldos; • Avaliamos as divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis. • Para as receitas referentes à gestão de vendas do Consórcio Metro-politano de Transportes (CMT), taxa de administração municipal, rede de vendas (créditos do Bilhete Único - SP Trans), taxa de emissão de segunda via dos cartões eletrônicos e outras receitas (taxa cobrada pela recarga de bilhetes via internet, tarifa de entrega a domicílio e outras intermediações), realizamos os seguintes procedimentos: • Analisamos a conciliação e dados transacionais de vendas de créditos eletrônicos (atendendo para a competência e corte das transações); • Efetuamos testes, em base amostral, da conciliação dos registros de vendas de créditos eletrônicos no sistema SAP e respectivo recebimento bancário (e recálculo a partir da taxa cobrada para vendas CMT e utilização para taxa de administração municipal); • Confrontamos o relatório de faturamento extraído do portal da Prefeitura de São Paulo com as notas fiscais emitidas de 2019 com o respectivo registro auxiliar de vendas (reconciliado com os registros contábeis), bem como analisamos as movimentações mensais e efetuamos recálculo dos impostos incidentes; • Avaliamos as divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis. Adicionalmente, efetuamos testes, em base amostral, no processo de registro, processamento, reconciliação e reporte dos lançamentos na rubrica Bilhetagem eletrônica (no passivo circulante), atendendo para a competência e corte das transações, análise das conciliações dos registros contábeis e dados transacionais de vendas de créditos eletrônicos e respectivo recebimento bancário, bem como reconciliação das transações para registro do passivo de repasse junto às respectivas partes envolvidas (rede de vendas, SP Trans e CMT). Com base na abordagem de nossa auditoria, nos procedimentos efetuados e evidências obtidas, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para reconhecimento de receita de vendas (e impostos incidentes), registro do contas a receber e registro do passivo referente à venda de créditos de bilhetes eletrônicos (repasse) são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado:** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado

	2019	2018
Composição diferido		
Provisão para participação nos resultados	2.744	1.964
Provisões diversas	(2.770)	(1.350)
	(26)	614

Os impostos diferidos ativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são reconhecidos com base na extensão em que é provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições das diferenças temporárias, momento em que estas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos, com base nas premissas e condições estabelecidas no modelo de negócios da Companhia. A Companhia tem expectativa de realização do imposto diferido ativo no período máximo de até dois anos, sendo o valor contábil do ativo fiscal diferido revisado periodicamente e as projeções revisadas anualmente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

21. RECEITAS

	2019	2018
Taxa credenciamento (a)	68.276	54.694
Gestão de vendas (b)	68.691	57.547
Taxa de administração municipal (c)	7.982	4.912
Rede de vendas (d)	12.837	10.148
Taxa de emissão 2ª via (e)	5.523	6.734
Vendas Web aos usuários (f)	276	313
Entrega em domicílio (g)	859	833
Outras receitas	2.297	486
	166.741	135.667
	(19.017)	(15.813)
	147.724	119.854

(-) Deduções da receita - tributos
Receita líquida
(a) Prestação de serviços cobrados das empresas que comercializam o crédito vale-transporte e vendas diretas a empregadores; (b) Taxa de administração e gerenciamento de vendas de créditos eletrônicos às empresas intermunicipais; (c) Taxa de administração cobrada das empresas de transportes às empresas municipais; (d) Receita oriunda do credenciamento junto a SPTTRANS; (e) Prestação de serviços cobrados na emissão da 2ª via dos cartões eletrônicos; (f) Taxa de conveniência pela venda de créditos de bilhetagem via internet; (g) Tarifa na entrega do cartão domiciliar.

22. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS (CUSTOS E DESPESAS)

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação de custos e despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas, reconhecidas na demonstração do resultado, são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Despesas de serviços especializados	(45.709)	(35.516)
Despesas administrativas	(13.749)	(12.239)
Despesas com pessoal	(10.479)	(21.764)
Benefícios com funcionários	(7.535)	(6.161)
Despesas com publicidade e propaganda	(5.850)	(2.530)
Amortização de Direito de Uso - Arrendamento mecantil	(3.391)	-
Depreciação e amortização	(2.796)	(3.730)
Custos com expansão e operação	(436)	(6.658)
Outras despesas	(6.650)	(6.650)
	(89.945)	(89.228)
	(32.408)	(45.024)
	(31.687)	(41.525)
	(5.850)	(2.679)
	(89.945)	(89.228)

Custo dos serviços prestados
Gerais e administrativas
Vendas e marketing

contábeis tomadas em conjunto. **Ênfase - Contrato Consórcio Metropolitan de Transportes ("CMT"):** Conforme mencionado na Nota nº 1, as operações da Companhia são reflexo substancial do Contrato de Prestação de Serviços, Locação de Equipamentos e Outras Avenças firmado com o CMT em 27 de outubro de 2015 (com aditivo firmado em 2 de janeiro de 2018), com prazo de vigência indeterminado. As operações da Companhia dependem da manutenção deste contrato. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto. **Outros assuntos - Auditoria dos exercícios anteriores:** As demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram por nós auditadas, cujo relatório, emitido em 22 de março de 2019, não continha ressalvas e continha parágrafo de ênfase quanto ao assunto discutido na seção "Ênfase - Contrato Consórcio Metropolitan de Transportes ("CMT") e parágrafos de Outros assuntos quanto à auditoria dos valores correspondentes de 2017 (representados) e quanto à ausência de auditoria dos valores correspondentes de 2016. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julg-

23. RESULTADO FINANCEIRO

	2019	2018
Receitas de aplicações financeiras	2.340	1.085
Outras receitas financeiras	32	212
	2.372	1.297
Encargos bancários	(119)	(192)
Despesa com juros de arrendamento	(3.274)	-
Outras despesas financeiras	(37)	(116)
	(3.430)	(308)
	(1.058)	989

Resultado financeiro

24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia oferece aos seus funcionários benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional. O montante dessas despesas totalizou R\$ 4.609 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 4.530 em 2018).

25. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não houve transações nas atividades de financiamento e investimento da Companhia que não afetassem caixa, exceto pela incorporação da Promotê Gestão S.A. em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 3.442, pela permuta do imóvel por unidade em construção no exercício de 2018 no montante de R\$ 2.870 (com registro de ganho no resultado no montante de R\$ 2.213) e declaração de dividendos nos montantes de R\$ 10.527 e R\$ 5.659 em 31/12/2019 e 2018, respectivamente, dos quais R\$ 5.706 foram pagos em 2019 (R\$ 1.510 em 2018).

26. MUDANÇAS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

	570
Saldo de empréstimos e financiamentos em 2017	570
(+) Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	(490)
(-) Pagamento de empréstimos e financiamentos	142
Saldo de empréstimos e financiamentos em 2018	222
(+) Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	(164)
(-) Pagamento de empréstimos e financiamentos	-
Saldo de empréstimos e financiamentos em 2019	-

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Com base no CPC 22, os segmentos operacionais da Companhia não atingem os critérios mínimos quantitativos para divulgação e não foram considerados significativos para sua apresentação de forma separada.

28. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme segue:

Modalidade de Seguros	Cobertura	vigência
Responsabilidade civil	150	20/04/20
Responsabilidade civil administradores (D&O)	30.000	15/06/20
Seguro riscos diversos	1.000	20/04/20
Seguro empresarial	6.400	06/09/20
Seguro Garantia	7.895	16/02/25
Não faz parte do escopo do auditor independente a análise quanto à suficiência da cobertura dos seguros.		

mento profissional e mantemos certismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contorno, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e o que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
São Paulo, 05 de março de 2020

Grant Thornton
Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Octavio Zampirolo Neto
CT CRC 1SP-289.095/O-3

DIRETORIA

Edison Fujura Rubens Fernandes Gil Filho

CONTADOR

Rafael Gomes da Silva Pinto - CRC 1SP320044/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da **Autopass S.A.** - São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Autopass S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopass S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Os Principais Assuntos de Auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. 1. **Processo de captura, processamento e liquidação das transações de receita, contas a receber e bilhetagem eletrônica - Notas nºs 21, 6 e 14 - Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:** Tendo em vista o volume de transações e da necessidade de manutenção de controles sistêmicos implementados com objetivo de gerenciamento, registro e controle dos créditos eletrônicos vendidos, além da alta complexidade inerente ao processo automático de captura, processamento e liquidação das transações e seus impactos no reconhecimento da receita e contas a receber oriundos do processo de registro, processamento e liquidação das transações eletrônicas de bilhetagem, este tema foi, novamente, após nossas análises sobre todos os riscos significativos do exercício sob exame, considerado um assunto relevante e, portanto, crítico para a nossa auditoria. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros: • Para as receitas referentes à taxa de credenciamento (cobrada de empresas que comercializam o crédito de vale-transporte e vendas diretas a empregadores), com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, realizamos os seguintes procedimentos: • Avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles gerais chaves de tecnologia da informação associados com a captura, processamento e liquidação das transações de vendas de créditos eletrônicos, adequação do reconhecimento de receita, contas a receber e respectivo passivo de repasse; • Realizamos avaliação dos aspectos de acesso lógico e físico, das alterações ocorridas e do desenvolvimento de sistemas e programas de infraestrutura, cópia e armazenamento de informações (backup), além de revisão dos controles chaves automatizados relacionados aos processos de negócio definidos como relevantes, executando mapeamento e avaliação de interfaces contábeis, de controles de acesso, configurações de regras de negócio e cálculos automatizados; • Analisamos a conciliação e